



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 140

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE DEZEMBRO DE 2006

ANO XXXI

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### *Lideranças*

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Nelson Garcia  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Ângelo Vanhoni  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 140**

### **115ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 02**

#### **Expediente:**

Telegramas ..... 03

Ofícios..... 03

Ato da Comissão Executiva ..... 03

Designação..... 04

Requerimentos.....04

Projetos de Lei.....07

Projeto de Lei Complementar.....09

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. José Domingos Scarpellini ....18

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....20

#### **Discussão / Votação:**

3ª Discussão .....20

2ª Discussão .....21

1ª Discussão .....23

Requerimentos .....25

**Encerramento da Sessão .....25**

### **DIÁRIO Nº 140**

### **115ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **15ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 115ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**06 DE DEZEMBRO DE 2006**

*(quarta-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Carlos Simões pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Francisco Bühner, Jocelito

Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Natálio Stica, Nelson Garcia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri e Waldir Leite (36).

Ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Ademar Traiano, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Hermes Fonseca, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Renato Gaúcho e Valdir Rossoni (16).

Em viagem representativa o Sr. Deputado Vanderlei Iensen (01).

Em licença médica o Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Telegramas**

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, conforme segue abaixo:

- Nº 11113749/MS/SE/FNS - valor de R\$ 94,76 - pagamento de medicamentos excepcionais (judicial).

- Nº 11113750/MS/SE/FNS - valor de R\$ 6.931.012,05 - pagamento de programa de aquisição de medicamentos excepcionais.

- Nº 11094077/MS/SE/FNS - valor de R\$ 174.300,00 - pagamento de formação profissional dos agentes comunitários de saúde. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001074/06, do Sr. Daniel Silva Bala-ban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de Programas de Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação junto à Secretaria de Estado da Educação, através do Programa Prodebe. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 658/06/SR Curitiba, do Sr. Jorge Kalache Filho, Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal - Regional Curitiba, informando Celebração de Contrato de Repasse entre a União, representada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio da Caixa Econômica Federal e o Estado do Paraná, cujos recursos são provenientes de operação de crédito firmada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, de contrapartida Federal e de contrapartida Estadual. **Ao Conhecimento da Casa.**

**Ofício**

OFÍCIO Nº 234/06

Curitiba, 06 de dezembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tendo sido escolhido nos termos do artigo 54, XVII, artigo 77, parágrafo 2º, II e artigo 53 ADCT, todos da Constituição do Estado do Paraná e, obedecendo o contido no Ato da Comissão Executiva nº 76/06, para o honroso cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná na forma expressa pelo Decreto Legislativo nº 02/06, publicado no Diário Oficial do Estado, edição nº 7188, de 20 de março de 2006, venho nesta oportunidade apresentar minha renúncia à indicação.

O motivo pelo qual renuncio a tão nobre e elevada função se deve à minha eleição para o cargo de Vice-Governador do Estado do Paraná nas eleições ocorridas no pleito de outubro de 2006. Tal fato inviabiliza minha posse naquele cargo, o que poderia traduzir-se em dificuldades no funcionamento do Plenário do Tribunal de Contas.

Aproveito a oportunidade para expressar meus votos de consideração e apreço.

(a) ORLANDO PESSUTI

Vice-Governador do Estado do Paraná

**Ato da Comissão Executiva**

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1.071/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no inciso XVII do artigo 54, no inciso II do parágrafo 2º do artigo 77, da Constituição Estadual, no artigo 53 das Disposições Constitucionais Transitórias da mesma Constituição, e no Capítulo VI do Título V, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

**R E S O L V E :**

Art. 1º Constatada a vacância no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, cuja escolha é de competência da Assembléia Legislativa, será aberto o prazo de 05 (cinco) dias, para as inscrições de candidatos.

Parágrafo único. As inscrições serão feitas no Protocolo Geral da Assembléia Legislativa e dirigidas ao Presidente do Poder Legislativo.

Art. 2º Encerrado o prazo de inscrições, os pedidos serão enviados à Comissão Especial, constituída por cinco membros, assegurada a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares com assento na Assembléia Legislativa.

Art. 3º A Comissão Especial opinará através de Parecer sobre os inscritos no prazo de 02 (dois) dias, enviando a relação dos aprovados para deliberação do Plenário.

Parágrafo único. A Comissão Especial poderá ouvir os inscritos, em Sessões reservadas.

Art. 4º Recebido o parecer, a Mesa convocará, dentro de 05 (cinco) dias, Sessão Especial para deliberar sobre os nomes aprovados pela Comissão Especial.

§ 1º Na Sessão Especial cada Deputado só poderá fazer uso da palavra uma vez, pelo prazo de 15 (quinze) minutos.

§ 2º Os oradores deverão se inscrever antes do início da discussão.

§ 3º Os apartes, quando permitidos pelo orador, não poderão exceder a 3 (três) minutos.

Art. 5º A Assembléia Legislativa deliberará sobre a escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas, por votação nominal, em discussão única.

§ 1º Será considerado escolhido o candidato que obtiver a metade mais um dos votos dos Deputados presentes.

§ 2º Se nenhum dos candidatos alcançar maioria na primeira votação, far-se-á, em seguida, nova votação, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se escolhido aquele que obtiver a maioria dos votos dos Deputados presentes.

§ 3º Na hipótese de empate no resultado da votação descrita no parágrafo anterior, vencerá o candidato mais idoso.

Art. 6º A Assembléia Legislativa comunicará ao Governador, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o resultado da deliberação.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

## Designação

### DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa os Srs. Deputados Artagão Júnior e José Maria Ferreira, para representar esta Casa de Lei na Reunião do Bloco Brasileiro da UPM - União de Parlamentares do Mercosul, nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 2006, na cidade de Brasília.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO  
Presidente  
NEREU MOURA  
1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO  
2º Secretário

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 2743

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja retirado da Ordem do Dia de hoje o item 05, Projeto de Lei nº 264/06 de minha autoria, com seu retorno na Ordem do Dia de 11/12/06.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

### REQUERIMENTO Nº 2739

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) CLEITON KIELSE

### REQUERIMENTO Nº 2728

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 07 de dezembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) CARLOS SIMÕES

### REQUERIMENTO Nº 2722

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waldomiro Cirino dos Santos, morador do município de Ibiporã, ocorrido no dia 29/11/06. Solicito comunicar à família na Rua Vicente Machado, 345 - Centro - CEP: 86.200-000 - Ibiporã-PR.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se por tratar de membro de família conceituada no município de Ibiporã.

Waldomiro Cirino dos Santos ou “Gauchinho”, como carinhosamente todos o chamavam, é natural de Mallet neste Estado, filho de migrantes gaúchos, radicado em Ibiporã há mais de cinquenta anos onde constituiu família exemplar e foi ao longo da vida um homem que soube dar valor à amizade, o que fez dele uma pessoa extremamente respeitada pela comunidade Ibiporãense.

### REQUERIMENTO Nº 2723

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Rosalvo Borges, morador do município de Ibiporã, ocorrido no dia 02/12/06, solicito comunicar à família na Rua Acre, 03 - Conjunto Henrique Alves - CEP: 86.200-000 - Ibiporã-PR.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se por tratar de membro de família conceituada no município de Ibiporã.

Antonio Rosalvo Borges, radicado em Ibiporã há mais de 45 anos, funcionário público municipal, que com dedicação, senso de responsabilidade cívica, prestou relevantes serviços à comunidade. Deixa como legado, uma vida de conduta irretocável e uma família que engrandece a comunidade Ibiporãense.

### REQUERIMENTO Nº 2712

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações aos jogadores e dirigentes do time Santa Paula Guarani de Ponta Grossa, pela conquista do Campeonato Paranaense de Futsal, Série Prata e conseqüente ascensão à Série Ouro.

Requer ainda, que se dê ciência aos interessados através de correspondência a ser encaminhada ao Presidente do Clube, Sr. Nereu das Neves Malaquias, Rua Professor Sezinio Malherbi, 92 - Sabará - CEP: 84.062-280 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2716

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o duto Plenário, a inserção nos Anais desta Casa de votos de congratulações, à Sra. Tânia Martins Costa, Prefeita Municipal de Lobato, pela sua eleição como Presidente da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense - Amusep, com sede em Maringá.

Por essas razões propomos as congratulações almejando uma gestão profícua e cheia de sucessos.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2717

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações ao município de Mandaguaçu, criado pela Lei Estadual nº 790 de 14 de novembro de 1951 e comemora sua instalação no dia 14 de dezembro de 1952, desmembrado de Mandaguari.

Através do Prefeito José Antonio Gargantini, cumprimenta todos os moradores do município.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2718

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a inserção nos Anais desta Casa votos de congratulações ao município de Borrazópolis, criado pela Lei Estadual nº 790 de 14 de novembro de 1951 e comemora sua instalação no dia 14 de dezembro de 1952, desmembrado de Faxinal.

Através do Prefeito Osvaldo Campos de Almeida, cumprimenta todos os moradores do município.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2719

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a inserção nos Anais desta Casa votos de congratulações ao município de São Jorge do Ivaí, criado pela Lei Estadual nº 253 de 26 de novembro de 1954 e comemora sua instalação no dia 08 de dezembro de 1955, desmembrado de Mandaguaçu.

Através do Prefeito Milton Muzulon, cumprimenta todos os moradores do município.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2720

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a inserção nos Anais desta Casa votos de congratulações ao município de Terra Boa, criado pela Lei Estadual nº 2411 de 13 de julho de 1955 e comemora sua instalação no dia 11 de dezembro de 1955, desmembrado de Engenheiro Beltrão.

Através da Prefeita Vera Lucia da Silva Zanatta, cumprimenta todos os moradores do município.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2721

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a inserção nos Anais desta Casa votos de congratulações ao município de Diamante do Norte, criado pela Lei Estadual nº 4.788 de 29 de novembro de 1963 e comemora sua instalação no dia 13 de dezembro de 1964, desmembrado de Nova Londrina.

Através do Prefeito Edivaldo Ruiperes Selani, cumprimenta todos os moradores do município.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2727

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Sra. Wilma Motta, em razão de a mesma ter recebido o Prêmio Forbes de Mulheres Influentes, na categoria Setor Público.

A Sra. Wilma Motta, recebeu o prêmio em razão de contribuições à cultura, à saúde, à assistência social, bem como da luta feminina por maior espaço político, estreitando laços suprapartidários e internacionais.

O Prêmio da Revista Forbes contempla 26 segmentos.

As 26 vencedoras fizeram parte de lista de 78 finalistas, três em cada área, que foram selecionadas a partir de relação inicial de mais de quatrocentos nomes.

É o segundo ano consecutivo que a Revista Forbes promove mulheres responsáveis por mudanças econômicas, sociais e artísticas no País.

Determinadas, ousadas e destemidas, essas mulheres foram muito além das expectativas e mostram que, se no passado eram alvo de preconceito, hoje são quem aponta os novos caminhos e tendências no planeta.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2713

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Gilberto Antonio de Souza, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 2730

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo a Sra. Elizete Machado Barbosa.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2731

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Odécio Fornaciari.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2732

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Antônio Fernandes Moreira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2726

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Roberto Requião, ao Secretário de Estado da Educação e à Presidente da Fundepar, solicitando dos mesmos a reforma da Escola Fernão Dias e a cobertura da quadra esportiva dessa escola, localizada no Jardim São Domingos, em Maringá.

Trata-se de reivindicação daquela comunidade, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos alunos e professores da referida instituição.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2733

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, Sr. Miguel Mária Bianco, encaminhando correspondência do Sr. Marcos Bretas e solicitando manifestação em relação a situação das rodovias, especificamente a Curitiba-Joinville.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2734

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de pedido de informação ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, questionando sobre as providências tomadas em relação as dificuldades para a realização de matrículas escolares em Jataizinho, conforme matéria publicada no Caderno Cidades da Folha de Londrina no último dia 06 do mês corrente.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) BARBOSA NETO

## Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 569/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Estrela de Belém de Amparo aos Idosos, com sede e foro na cidade de Uraí, neste Estado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### JUSTIFICATIVA:

A Fundação Estrela de Belém de Amparo aos Idosos, é uma entidade civil, com finalidade de promover a proteção e o bem estar, a saúde, a recreação e a integração dos idosos na sociedade, podendo para tanto construir e administrar conjuntos residenciais para os idosos e centros de recreação esportiva e cultural.

A sede da fundação está localizada na Rua Prefeito Leônidas Pontes, 500, na cidade de Uraí, Estado do Paraná, sendo uma entidade sem fins lucrativos e cuja diretoria não é remunerada no exercício das suas funções.

O Estatuto da Fundação Estrela de Belém foi registrado no Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais de Uraí no Livro A-01 sob o nº 163 em data de 24.01.1992, constando as alterações protocoladas sob o nº 8118 e registrada em livro A-06 sob o nº 1001 em data de 23.03.2004.

Essa entidade se chamava anteriormente Lar Madre Cecília de Amparo a Idosos, com CNPJ/MF 81.880.999/0001-02, fundada em fevereiro de 1992.

O Relatório das atividades e os demais documentos fazem parte do projeto.

Por essa razão, peço o apoio dos demais Parlamentares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 570/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da América de Baixo, América de Cima, Marumbi, Fartura e Pantanal - Amamtanal, com sede e foro na cidade de Morretes.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores da América de Baixo, América de Cima, Marumbi, Fartura e Pantanal - Ama-

mtanal de Morretes, foi fundada em 24 de maio de 2000, com CNPJ nº 03.860.458/0001-09, já foi reconhecida como Utilidade Pública Municipal, através da Lei nº 014/2004, de 22 de março de 2004 e registrada no Conselho Municipal de Assistência Social de Morretes-PR, no dia 17 de março de 2005.

É uma entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro naquela cidade, constituída por tempo indeterminado.

Os seus estatutos encontram-se registrados no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos da Comarca de Morretes, sob o nº 1.366, livro 3B.

Entre as suas finalidades a Associação Amamtanal, pretende reunir, incentivar e organizar os moradores associados para lutar em defesa de seus interesses coletivos e da entidade.

Lutar pela reforma urbana como um todo, unindo esforços para conquistas populares de saúde, moradia, saneamento básico, água, luz, educação, entre outras infra-estruturas básicas e necessárias para o integral desenvolvimento humano, com preservação do meio ambiente.

Enfim, a Associação Amamtanal procura contribuir para o crescimento da comunidade como um todo, para que os moradores conquistem cada vez melhor qualidade de vida.

Tendo apresentado o relatório de suas atividades durante o exercício de 2000 a 2006, e anexando a Declaração de que os membros da sua diretoria não são remunerados, cumpre as exigências formais para sua aprovação, razões pelas quais conto com o apoio dos demais pares pela sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 571/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada intermunicipal que liga a sede do município de Ramilândia à PR-495, no município de Santa Helena.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### JUSTIFICATIVA:

A estrada que propomos seja estadualizada pelo Poder Executivo não tem qualquer tipo de pavimento, sendo o tráfego realizado sobre leito natural.

Trata-se de importante via de integração entre os municípios de Diamante do Oeste, Santa Helena, Missal e Ramilândia.

Referidos municípios têm como base de sua economia a agricultura, pecuária leiteira e avicultura entre

outras atividades desenvolvidas pelos pequenos produtores rurais.

Nesse trecho da estrada, estão sendo realizados diversos assentamentos, com projetos de reforma agrária coordenada pelo Governo Federal com a participação do Governo do Estado, pelos quais serão beneficiadas cerca de quinhentas famílias, e quase essa totalidade já encontram-se assentadas.

O município de Ramilândia será o principal beneficiado, de vez que está isolado com respeito à estrutura viária, de outros municípios, e com a estadualização e manutenção da estrada pelo Governo do Estado, através do DER, será incrementado o desenvolvimento econômico e social daquela comunidade.

Salientamos ainda que o município de Ramilândia, em todo seu território, conta apenas com (quatro) quilômetros de estrada estadual, possui um IDH abaixo da média estadual e um dos mais baixos de toda a Região Oeste. Carece portanto, de colaboração para construção de uma infra-estrutura que possa ajudá-lo a sair dessa situação.

PROJETO DE LEI Nº 572/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica expressamente proibido o consumo de bebida alcoólica, de qualquer natureza, no interior de veículos de transporte coletivo, ônibus e similares.

Parágrafo Único. O condutor e ou cobrador fica investido de autoridade para fiscalizar, repreender e retirar do ambiente o usuário que transgredir essa lei.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Apoiamento:

Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer e Luiz Accorsi.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora encaminhamos, visa estabelecer um mínimo de respeito humano aos usuários e trabalhadores de transporte coletivo urbano e interurbano, que são diuturnamente importunados pela presença de grupos de pessoas embriagadas que comportam-se como verdadeiros vândalos agredindo - verbal e fisicamente - as pessoas que necessitam utilizar diariamente esse meio de locomoção até como instrumento de trabalho.

Ocorre que não raras vezes, grupos de jovens portando bebidas alcoólicas, em embalagens próprias ou não, juntam-se em bandos, proferindo palavras de baixo calão, ofensas e até agressões verbais, desrespeitando e incomodando os passageiros, motorista e cobrador, uma agressão aos direitos humanos e a cidadania.

PROJETO DE LEI Nº 573/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Denominar-se-á Rodovia Deputado Valmor Giavarina, o trecho da Rodovia PR-453, que liga o município de Borrazópolis até o entroncamento da PR-272, no município de Cruzmaltina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que visa denominar-se o trecho da Rodovia PR-453, que liga a cidade de Borrazópolis até o entroncamento da PR-272, no município de Cruzmaltina, com o nome de Deputado Valmor Giavarina, justifica-se pela importância que teve o homenageado para Apucarana e região do Vale do Ivaí, homem público, empresário de comunicação e advogado.

Desnecessário seria a justificativa pela relevância política que teve a vida do Deputado Valmor Giavarina. Foi Vereador e Prefeito de Apucarana, Deputado Estadual e Líder do MDB na Assembléia Legislativa do Paraná, Deputado Federal, pelo PMDB, com mandato dos mais exitosos. Advogado dos mais brilhantes da história do Paraná, Dr. Valmor é, sem dúvida, um nome que enobrece o Estado e nos orgulha render-lhe esta homenagem.

Por isso, a nossa proposta de denominar-se com o seu nome este trecho referido no projeto de lei da Rodovia PR-453, que liga o município de Borrazópolis ao entroncamento da PR-272, no município de Cruzmaltina.

PROJETO DE LEI Nº 575/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica dispensado o recolhimento dos juros e das multas, nos percentuais abaixo indicados, na liquidação de débitos fiscais decorrentes de fatos geradores relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM e com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS, ocorridos até 30 de novembro de 2006, desde que o valor do débito, atualizado nos termos da legislação vigente, seja integralmente recolhido, em moeda corrente e em parcela única:

I - até trinta dias da publicação desta lei, com redução de 90% (noventa por cento) do valor das multas e 50% (cinquenta por cento) do valor dos juros, calculados até a data do recolhimento;



II - até sessenta dias da publicação desta lei, com redução de 80% (oitenta por cento) do valor das multas e 50% (cinquenta por cento) do valor dos juros, calculados até a data do recolhimento;

IV - até noventa dias da publicação desta lei, com redução de 70% (setenta por cento) do valor das multas e 50% (cinquenta por cento) do valor dos juros, calculados até a data do recolhimento.

Parágrafo Único. O pagamento nas condições previstas neste artigo:

1. implica confissão irretratável do débito fiscal e expressa renúncia de qualquer defesa ou recurso, bem como desistência dos já interpostos;

2. aplica-se parcelamento celebrado e em andamento na data da publicação desta lei, apurando-se o saldo devedor sem o acréscimo financeiro que incidiria nas parcelas vincendas;

3. impede a aplicação cumulativa de quaisquer outros descontos no valor de multas, ainda que previstos em lei;

4. aplica-se a autos de infração lavrados nos quais, por qualquer de seus itens, tenha havido exigência de imposto.

Art. 2º Para efeito desta lei:

I - considera-se débito fiscal a soma do imposto, das multas, da atualização monetária, dos juros de mora e dos demais acréscimos previstos na legislação estadual;

II - a concessão dos benefícios mencionados no artigo 1º não dispensa o pagamento das custas, dos emolumentos judiciais e dos honorários advocatícios, estes fixados em 5% (cinco por cento) do valor do débito fiscal.

Art. 3º O disposto nesta lei não autoriza a restituição ou compensação de importância já recolhida ou o levantamento de importância depositada em juízo, quando houver decisão transitada em julgado a favor do Estado.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI  
HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães.

PROJETO DE LEI Nº 576/06

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a entidade Associação Beneficente Farol, com sede à Rua Júlio Raymundo, 07, no bairro de Santa Felicidade, município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.12.06.

(a) AILTON ARAÚJO

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Beneficente Farol classifica-se como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, atuando nas seguintes áreas:

1. criação e desenvolvimento de programas de capacitação educacional e profissional, com fins sociais;

2. prestar assistência social à comunidade em geral, com orientações moral e espiritual, em benefício da comunidade, com auxílio de psicólogos;

3. desenvolver o potencial humano visando a inclusão social e a conscientização da cidadania;

4. assistir com cestas básicas às famílias menos favorecidas, quando necessário.

## ***Projeto de Lei Complementar***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 574/06

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

### **TÍTULO I**

DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO  
PARANÁ

#### **Capítulo I**

Das Disposições Preliminares

Art. 1º À Defensoria Pública, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbe:

I - a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados;

II - promover, extrajudicialmente, a conciliação entre partes em conflito de interesses;

III - patrocinar a:

a) ação penal privada e a subsidiária da pública;

b) ação civil;

c) defesa:

1. em ação penal;

2. em ação cível;

3. do consumidor;

4. da criança e do adolescente;

d) reconvenção;

IV - atuar:

a) como Curador Especial, nos casos previstos em lei;

b) nos estabelecimentos policiais e penitenciários com vistas a assegurar o exercício dos direitos e garantias individuais;

c) nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais;

V - assegurar aos seus assistidos, em processo judicial ou administrativo, o contraditório e a ampla

defesa;

VI - recorrer aos Tribunais.

Parágrafo único. As intervenções institucionais da Defensoria Pública podem opor-se às pessoas jurídicas de direito público.

## **Capítulo II**

### **Do Defensor Público Geral**

Art. 2º A Defensoria Pública tem por Chefe o Defensor Público Geral nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, dentre os integrantes da Classe Especial da carreira, maiores de trinta e cinco anos, em lista tríplice, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

1º. A lista tríplice, formada pelo voto secreto e obrigatório de todos os

Defensores Públicos, é encaminhada ao Chefe do Poder Executivo para a nomeação em quinze dias.

§ 2º. Findo o prazo do parágrafo antecedente sem nomeação é investido no cargo o mais votado da lista.

§ 3º O Defensor Público Geral:

I - é substituído nas ausências e impedimentos pelo Corregedor da Defensoria Pública;

II - pode ser destituído antes do fim do mandato, por ato do Chefe do Poder Executivo, a partir de proposta aprovada por dois terços dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos casos de:

- a) abuso de poder;
- b) conduta incompatível com o exercício da função;
- c) grave omissão.

Art. 3º Incumbe ao Defensor Público Geral:

I - dirigir a Defensoria Pública e representá-la em juízo ou fora dele;

II - velar pelo cumprimento das finalidades da Instituição;

III - presidir ao Conselho Superior da Defensoria Pública;

IV - autorizar os afastamentos dos Defensores Públicos e dos demais servidores;

V - dar posse e determinar a lotação e a distribuição dos Defensores Públicos;

VI - dirimir conflitos de atribuições entre Defensores Públicos;

VII - julgar as sindicâncias e os processos administrativos disciplinares promovidos pela Corregedoria da Defensoria Pública;

VIII - instaurar processo disciplinar contra Defensor Público e demais servidores da Defensoria;

IX - promover a realização de concursos públicos para o provimento dos cargos de Defensor Público;

X - determinar correções extraordinárias;

XI - praticar os atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal da Defensoria Pública;

XII - convocar o Conselho Superior da Defensoria Pública;

XIII - designar, em ato motivado, Defensor Público para atuar em processos, Juízos, Tribunais ou Ofícios diversos dos de sua lotação;

XIV - requisitar de autoridade ou agente público certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e outras providências necessárias ao desempenho das atribuições do Defensor Público;

XV - aplicar a pena de remoção compulsória;

XVI - cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Superior da Defensoria Pública;

XVII - elaborar e encaminhar ao Chefe do Poder Executivo a proposta orçamentária, na conformidade da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e ordenar a despesa;

XVIII - publicar anualmente, no Diário Oficial do Estado, a lista de antiguidade dos Defensores Públicos;

XIX - prover funções gratificadas;

XX - encaminhar ao Chefe do Poder Executivo:

a) para exoneração, os nomes dos Defensores Públicos não aprovados no estágio probatório;

b) as listas tríplice e sêxtupla, respectivamente, para a escolha do Defensor Público Geral e do Corregedor da Defensoria Pública.

## **Capítulo III**

### **Da Estrutura Operacional**

Art. 4º A Defensoria Pública tem a seguinte estrutura operacional:

I - Gabinete do Defensor Público Geral e a Assessoria Especial;

II - unidades de direção e assessoramento superiores:

a) Conselho Superior da Defensoria Pública;

b) Corregedoria da Defensoria Pública;

III - unidades de execução programática:

a) Coordenadorias da Defensoria Pública;

b) Coordenadoria de Serviço Social;

IV - unidades de apoio administrativo e informática, as Coordenadorias de:

a) Administração e Gestão de Pessoas;

b) Planejamento, Orçamento e Finanças;

c) Informática.

## **Seção I**

### **Do Gabinete do Defensor Público Geral**

Art. 5º Ao Gabinete do Defensor Público Geral, integrado pelo Chefe de Gabinete e outros servidores, incumbe prestar apoio e assistência ao Defensor Público Geral:

I - nas atividades administrativas, políticas e de representação social;

II - na organização do expediente e da pauta das audiências, reuniões e despachos;

III - no desempenho de atividades de comunicação social da Defensoria Pública;

IV - em outras atribuições que lhes sejam cometidas nas normas de funcionamento da Defensoria Pública.

### **Subseção Única** Assessoria Especial

Art. 6º Incumbe à Assessoria Especial o assessoramento direto e imediato ao Defensor Público Geral e às demais unidades do Órgão, compreendendo:

I - estudos e pesquisas, inclusive sobre alterações na estrutura operacional da Defensoria Pública;

II - investigação, pareceres ou revisões de pareceres;

III - avaliações e exposições de motivos;

IV - análises e interpretação de atos administrativos;

V - registro e acompanhamento de dados e de jurisprudência.

## **Seção II**

Das Unidades de Direção e Assessoramento Superiores

### **Subseção I**

Do Conselho Superior da Defensoria Pública

Art. 7º O Conselho Superior da Defensoria Pública, órgão de deliberação colegiada, tem a seguinte composição:

I - o Defensor Público Geral, seu Presidente;

II - o Corregedor da Defensoria Pública, seu Vice-Presidente;

III - três Defensores Públicos, e respectivos suplentes, integrantes da Classe Especial, eleitos pelo voto secreto e obrigatório de todos os Defensores Públicos, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 1º São substituídos nas faltas, ausências ou impedimentos:

a) o Presidente pelo Vice-Presidente;

b) o Vice-Presidente pelo Conselheiro de idade mais avançada, assumindo no lugar deste o suplente mais votado.

§ 2º São suplentes dos eleitos os demais votados pela ordem da votação.

Art. 8º As decisões do Conselho, quando esta Lei não dispuser de outro modo, são tomadas pela maioria simples de seus membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 9º Incumbe ao Conselho Superior da Defensoria Pública:

I - exercer o poder normativo no âmbito da Defensoria Pública;

II - decidir sobre:

a) matéria pertinente à autonomia da Defensoria Pública;

b) a lista tríplice destinada à promoção por merecimento;

c) a lista de antiguidade dos Defensores Públicos e sobre as reclamações a elas concernentes;

d) a revisão de processo administrativo disciplinar;

e) a remoção voluntária de Defensor Público;

f) o estágio probatório do Defensor Público, *ad referendum* do Defensor Público Geral;

g) a destituição do Corregedor da Defensoria Pública por dois terços dos Conselheiros;

h) a realização e organização de concurso de provas e títulos para provimento dos cargos de Defensor Público;

III - representar ao Defensor Público Geral sobre a instauração de processo disciplinar contra Defensor Público e demais servidores do Órgão;

IV - conhecer e julgar recurso contra decisão em processo administrativo disciplinar;

V - votar as normas de funcionamento da Defensoria Pública, da Corregedoria e o regimento interno do próprio Conselho;

VI - recomendar correições extraordinárias;

VII - encaminhar ao Chefe do Poder Executivo a lista sêxtupla para nomeação do Corregedor da Defensoria Pública.

Parágrafo único. As decisões do Conselho são motivadas e publicadas, ressalvado o sigilo legal.

### **Subseção II**

Da Corregedoria

Art. 10. A Corregedoria da Defensoria Pública, órgão de fiscalização da atividade funcional e da conduta dos Defensores Públicos e demais servidores do Órgão é exercida pelo Corregedor nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, dentre os integrantes da Classe Especial da carreira, em lista sêxtupla, para mandato de dois anos.

§ 1º A lista sêxtupla, formada pelo voto secreto e obrigatório de todos os Defensores Públicos, é encaminhada ao Chefe do Poder Executivo para a nomeação em quinze dias.

§ 2º Findo o prazo do parágrafo antecedente sem nomeação é investido no cargo o mais votado da lista.

§ 3º O Corregedor da Defensoria Pública:

I - é substituído em suas ausências e impedimentos pelo Defensor Público remanescente da lista sêxtupla na ordem da votação;

II - pode ser destituído antes do fim do mandato, por ato do Chefe do Poder Executivo, mediante proposta do Defensor Público Geral, aprovada por dois terços dos Conselheiros, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos casos de:

a) abuso do poder;

- b) conduta incompatível com o cargo;
- c) grave omissão.

Art. 11. Incumbe ao Corregedor da Defensoria Pública:

- I - realizar correições e inspeções funcionais;
- II - sugerir ao Defensor Público Geral o afastamento de Defensor Público submetido a correição, sindicância ou processo administrativo disciplinar;
- III - receber representação sobre instauração de procedimento administrativo contra Defensores Públicos e demais servidores, encaminhando-a, com parecer, ao Defensor Público Geral;
- IV - apresentar ao Defensor Público Geral, até fevereiro de cada ano, relatório das atividades do ano anterior;
- V - acompanhar o estágio probatório;
- VI - propor ao Defensor Público Geral, para deliberação do Conselho Superior, a exoneração de Defensor Público ou outro servidor não aprovado em estágio probatório;
- VII - manter prontuário atualizado de cada um dos membros da Defensoria Pública, incluído o registro estatístico, para efeito de aferição de antiguidade e merecimento;
- VIII - requisitar de qualquer autoridade ou agente público certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e outras providências necessárias;
- IX - concluída a correição, apresentar ao Defensor Público Geral relatório dos fatos e providências a adotar.

Art. 12. O Gabinete do Corregedor é constituído do Chefe de Gabinete e outros servidores aos quais incumbe prestar ao Corregedor apoio e assistência:

- I - nas atividades administrativas, políticas e de representação social;
- II - na organização do expediente e da pauta das audiências, reuniões e despachos;
- III - no desempenho de atividades de comunicação social da Defensoria Pública;
- IV - em outras atribuições que lhes sejam cometidas nas normas de funcionamento da Defensoria Pública.

### **Seção III**

Das Unidades de Execução Programática

#### **Subseção I**

Das Coordenadorias da Defensoria Pública

Art. 13. As Coordenadorias da Defensoria Pública são:

- I - órgãos operacionais com função institucional própria da Defensoria Pública;
- II - dirigidas por Defensor ocupante do cargo de Coordenador da Defensoria Pública, de provimento em comissão, dentre os integrantes da carreira, de classe igual ou superior aos demais Defensores lotados nas Coordenadorias.

§ 1º Incumbe aos Coordenadores da Defensoria:

I - orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelos Defensores Públicos e demais servidores da Coordenadoria respectiva;

II - remeter ao Corregedor relatório bimestral de suas atividades e dos Defensores Públicos da Coordenadoria respectiva.

§ 2º São criadas as Coordenadorias da Defensoria Pública em:

- I - Curitiba;
- II - Ponta Grossa;
- III - Londrina;
- IV - Maringá;
- V - Apucarana;
- VI - Foz do Iguaçu;
- VII - Guarapuava;
- VIII - Cascavel;
- XIX - Paranavaí;
- X - Umuarama;
- XI - Jacarezinho;
- XII - Paranaguá;
- XIII - Cianorte;
- XIV - Toledo;
- XV - Santo Antônio da Platina.

### **Subseção II**

Da Coordenadoria de Serviço Social

Art. 14. À Coordenadoria de Serviço Social, subordinada diretamente ao Defensor Público Geral, incumbe complementar as ações institucionais da Defensoria Pública em matéria de assistência aos necessitados.

### **Seção IV**

Das Unidades de Apoio Administrativo e Informática

Art. 15. Incumbe às Unidades de Apoio Administrativo e Informática o planejamento, a execução e o controle das atividades de:

- I - administração geral;
- II - protocolo;
- III - gestão de pessoas;
- IV - contabilidade, finanças e orçamento;
- V - informática;
- VI - serviços auxiliares, material e patrimônio;
- VII - supervisão e coordenação do desempenho administrativo dos órgãos e setores da Defensoria Pública.

## **TÍTULO II**

DOS DEFENSORES PÚBLICOS

### **Capítulo I**

Das Disposições Preliminares

Art. 16. Ao Defensor Público incumbe, no desempenho de suas funções, a orientação jurídica e a defesa dos direitos e interesses dos necessitados, cabendo-lhe:

- I - atender às partes e aos interessados;

- II - postular a gratuidade da Justiça;
- III - propor a conciliação das partes;
- IV - acompanhar os atos processuais, comparecer aos que exijam sua presença e impulsionar os processos;
- V - interpor recurso e promover a revisão criminal;
- VI - sustentar, em qualquer grau de jurisdição, oralmente ou por memorial, os recursos interpostos e as razões apresentadas;
- VII - patrocinar a defesa em processo disciplinar.

Art. 17. Os cargos de Defensor Público, classes, quantitativos e subsídios serão propostos pelo Poder Executivo no prazo de até 90 (noventa) dias da promulgação da presente Lei Complementar, atendendo às condições que esta estabelece.

## **Capítulo II**

### **Da Investidura**

Art. 18. O Defensor Público é investido no cargo mediante aprovação prévia em concurso público, de provas e títulos, organizado e realizado com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Seccional do Paraná.

§ 1º. Do edital do concurso consta:

- I - os programas das disciplinas sobre as quais versam as provas;
- II - as disposições pertinentes à sua organização e realização;
- III - o número de cargos a prover na classe inicial da carreira.

§ 2º O candidato, ao inscrever-se no concurso, deve estar inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, salvo se proibido de exercer a advocacia, na conformidade da lei.

§ 3º Os aprovados em concurso proibidos do exercício da advocacia comprovam a inscrição na OAB no momento da posse.

## **Capítulo III**

### **Da Nomeação, da Posse, do Exercício, da Lotação e do Estágio Probatório**

Art. 19. O candidato aprovado em concurso público para provimento de cargo de Defensor Público é nomeado pelo Chefe do Poder Executivo na classe e referência iniciais da carreira, respeitada a ordem de classificação.

Parágrafo único. O candidato pode renunciar à nomeação até o termo final do prazo para a posse, caso em que será deslocado para o último lugar da lista de classificados.

Art. 20. Os Defensores Públicos são empossados pelo Defensor Público Geral, mediante compromisso solene de estrita observância às leis, de respeito às instituições democráticas e de diligente cumprimento dos deveres inerentes às funções do cargo.

§ 1º É de trinta dias da publicação do ato de nomeação o prazo para a posse, salvo prorrogação por igual período por ato do Defensor Público Geral a requerimento do candidato.

§ 2º São condições para a posse do nomeado:

- I - aptidão física e higidez psíquica para o exercício do cargo, comprovados em inspeção de Junta Médica do Estado;
- II - idoneidade moral e social;
- III - quitação com o serviço militar e com a Justiça Eleitoral;
- IV - exercício dos direitos políticos;
- V - declaração de bens.

Art. 21. Decai em quinze dias da posse o prazo para o exercício do cargo, caso em que tornam-se insubsistentes e declarados como tais pelo Defensor Público Geral os atos de nomeação e posse.

Art. 22. O Defensor Público é submetido a estágio probatório de três anos do exercício, na conformidade de normas baixadas pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.

Art. 23. A lotação é ato do Defensor Público Geral, assegurada a escolha na ordem de classificação do candidato no concurso.

## **Capítulo IV**

### **Dos Direitos, das Garantias e das Prerrogativas do Defensor Público**

#### **Seção I**

##### **Dos Quantitativos e Subsídios**

Art. 24. Os quantitativos e subsídios do Defensor Público, segundo a classe, serão aqueles definidos em conformidade com o artigo 17 desta Lei Complementar.

Parágrafo único. O Defensor Público nomeado para cargo de provimento em comissão pode optar por perceber em parcela única o subsídio do seu cargo de carreira acrescido da gratificação de representação do comissionado.

#### **Seção II**

##### **Das Indenizações**

Art. 25. Ao Defensor Público são devidas as seguintes indenizações, na forma do regulamento:

- I - ajuda de custo destinada a cobrir despesas de transporte e mudança para nova sede;
- II - diárias.

#### **Seção III**

##### **Das Férias e do Adicional de Férias**

Art. 26. Os Defensores Públicos têm direito a férias e correspondente adicional em conformidade com as regras estabelecidas para os Magistrados.

## **Seção IV**

### **Das Licenças e do Afastamento**

Art. 27. As licenças e afastamentos do Defensor Público são regidas pelas mesmas regras vigentes para o Ministério Público Estadual.

## **Seção V**

### **Das Garantias**

Art. 28. São garantias do Defensor Público:

- I - independência funcional no desempenho de suas atribuições;
- II - inamovibilidade;
- III - irredutibilidade de vencimentos;
- IV - estabilidade.

## **Subseção Única**

### **Da Inamovibilidade e da Remoção**

Art. 29. Os Defensores Públicos são inamovíveis, salvo remoção compulsória na forma desta Lei Complementar.

Parágrafo único. A remoção compulsória é decidida pelo voto de dois terços do Conselho Superior, garantida a ampla defesa em processo disciplinar.

Art. 30. A remoção a pedido ou por permuta opera-se entre Defensores da mesma classe da carreira.

§ 1º A remoção a pedido é deferida mediante requerimento ao Defensor Público Geral, em quinze dias da publicação do respectivo edital.

§ 2º Havendo mais de um candidato é removido o mais antigo na classe atendidos aos seguintes critérios de desempate:

- I - tempo no cargo de Defensor Público em que esteja investido mediante concurso público de provas e títulos;
- II - tempo de serviço público;
- III - avanço na idade.

Art. 31. A remoção por permuta é deferida mediante requerimento ao Defensor Público Geral, atendida a conveniência do serviço.

## **Seção VI**

### **Das Prerrogativas**

Art. 32. São prerrogativas dos Defensores Públicos:

- I - receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, contando-se-lhe em dobro todos os prazos;
- II - não ser preso, senão por ordem judicial escrita, salvo em flagrante delito, caso em que a autoridade fará imediata comunicação ao Defensor Público Geral do Estado;

III - ser recolhido a prisão especial ou a sala especial de Estado-Maior, com direito a privacidade e, após sentença condenatória transitada em julgado, ser recolhido em dependência separada, no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena;

IV - usar vestes talares e as insígnias privativas da Defensoria Pública;

V - comunicar-se pessoal e reservadamente com seus assistidos, ainda quando estes se acharem presos ou detidos, mesmo incomunicáveis;

VI - ter vista pessoal dos processos fora dos cartórios e secretarias, ressalvadas as vedações legais;

VII - examinar, em qualquer repartição, autos de flagrante, inquéritos e processos;

VIII - manifestar-se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota;

IX - requisitar de autoridade pública e de seus agentes, exames, certidões, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e providências necessárias ao exercício de suas atribuições;

X - representar a parte, em feito administrativo ou judicial, independentemente de mandato, ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais;

XI - deixar de patrocinar ação ou interpor recurso quando manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, comunicando o fato ao Defensor Público Geral, com as razões de seu proceder;

XII - ter o mesmo tratamento reservado aos Magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça;

XIII - ser ouvido como testemunha, em qualquer processo ou procedimento, em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade competente;

XIV - ter identidade funcional específica expedida pela própria Instituição, valendo em todo território nacional como cédula de identidade.

Parágrafo único. Quando, no curso de investigação policial, houver indício de prática de infração penal por membro da Defensoria Pública, a autoridade policial, civil ou militar, comunica imediatamente o fato ao Defensor Público Geral que designa membro da Defensoria Pública para acompanhar a apuração.

## **Capítulo V**

### **Dos Deveres, das Proibições, dos Impedimentos e da Responsabilidade Funcional**

## **Seção I**

### **Dos Deveres**

Art. 33. São deveres dos Defensores Públicos:

- I - residir na localidade onde exercem suas funções;
- II - desempenhar com zelo e presteza, dentro dos prazos, os serviços a seu cargo e os que, na forma da lei, lhes sejam atribuídos pelo Defensor Público Geral;

III - representar ao Defensor Público Geral sobre as irregularidades de que tiver ciência, em razão do cargo;

IV - prestar informações aos órgãos de administração superior da Defensoria Pública;

V - atender ao expediente forense e participar dos atos judiciais, quando for obrigatória a sua presença;

VI - declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da lei;

VII - interpor os recursos cabíveis para qualquer instância ou Tribunal e promover revisão criminal, sempre que encontrar fundamentos na lei, jurisprudência ou prova dos autos.

## **Seção II**

### **Das Proibições**

Art. 34. Além das proibições decorrentes do exercício de cargo público, aos Defensores Públicos é vedado:

I - exercer a advocacia fora das atribuições institucionais;

II - requerer, advogar, ou praticar em Juízo ou fora dele atos que de qualquer forma colidam com as funções inerentes ao seu cargo, ou com os preceitos éticos de sua profissão;

III - receber a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais, em razão de suas atribuições;

IV - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;

V - exercer atividade político-partidária enquanto atuar junto à Justiça Eleitoral;

VI - o exercício de cargo ou função fora das atribuições institucionais, à exceção de cargo de Secretário de Estado ou equivalente.

## **Seção III**

### **Dos Impedimentos**

Art. 35. É defeso ao Defensor Público exercer suas funções em processo ou procedimento em que:

I - seja parte ou, de qualquer forma, interessado;

II - haja atuado como Representante da parte, Perito, Juiz, membro do Ministério Público, Autoridade Policial, Escrivão de Polícia, Auxiliar de Justiça ou prestado depoimento como testemunha;

III - for interessado cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;

IV - haja postulado como advogado de qualquer das pessoas mencionadas no inciso anterior;

V - qualquer das pessoas mencionadas no inciso III funcione ou haja funcionado como Magistrado, membro do Ministério Público, Autoridade Policial, Escrivão de Polícia ou Auxiliar de Justiça;

VI - houver dado à parte contrária parecer verbal ou escrito sobre o objeto da demanda.

Art. 36. O Defensor Público não pode participar de comissão, banca de concurso, ou de qualquer decisão, quando o julgamento ou votação disser respeito a seu cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

## **Seção IV**

### **Da Responsabilidade Funcional**

Art. 37. A atividade funcional do Defensor Público está sujeita a:

I - correição ordinária, realizada anualmente pelo Corregedor, para verificar a regularidade e eficiência dos serviços;

II - correição extraordinária, realizada pelo Corregedor, de ofício ou por determinação do Defensor Público Geral, para verificar a regularidade e eficiência dos serviços.

Parágrafo único. Cabe ao Corregedor, concluída a correição, apresentar ao Defensor Público Geral relatório dos fatos apurados e das providências a serem adotadas.

Art. 38. Constituem infrações disciplinares, além de outras definidas em lei, a violação dos deveres funcionais e vedações contidas nesta Lei Complementar, bem como a prática de crime contra a Administração Pública ou ato de improbidade administrativa.

§ 1º Ao Defensor Público podem ser cominadas as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão por até noventa dias;

III - remoção compulsória;

IV - demissão;

V - destituição de cargo de provimento em comissão ou função gratificada;

VI - cassação da aposentadoria.

§ 2º A advertência é aplicada por escrito nos casos de violação aos deveres e das proibições funcionais, quando o fato não justificar a imposição de pena mais grave.

§ 3º A suspensão será aplicada em caso de reincidência em falta punida com advertência ou quando a infração dos deveres ou das proibições funcionais, pela sua gravidade, justificar a imposição.

§ 4º A remoção compulsória é aplicada sempre que a falta praticada, pela sua gravidade e repercussão, tornar incompatível a permanência do faltoso no órgão de atuação de sua lotação.

§ 5º A pena de demissão é aplicável:

I - nas hipóteses previstas em lei;

II - no caso de reincidência em falta punida com remoção compulsória.

§ 6º São aplicadas pelo:

I - Chefe do Poder Executivo, as penas de:

- a) demissão;
- b) destituição de cargo de provimento em comissão;

c) cassação da aposentadoria;

II - Defensor Público Geral as demais sanções de que trata o parágrafo 1º deste artigo.

§ 7º Prescrevem em dois anos, a contar da data em que foram cometidas, as faltas puníveis com advertência, suspensão e remoção compulsória, aplicando-se, quanto às demais, os prazos previstos em lei.

Art. 39. O próprio interessado ou, se falecido ou interdito, o seu cônjuge ou companheiro, ascendente, descendente ou irmão podem requerer revisão do processo disciplinar, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de provar a inocência do apenado ou de justificar a imposição de pena mais branda.

Parágrafo único. Se for procedente a revisão, é tornado sem efeito o ato punitivo ou aplicada a penalidade adequada, restabelecendo-se os direitos atingidos pela punição.

### **TÍTULO III**

#### **DO PLANO DE CARREIRA**

##### **Capítulo I**

##### **Das Disposições Preliminares**

Art. 40. A Defensoria Pública é integrada por três classes dos cargos efetivos de Defensor Público de:

- I - 2ª Classe;
- II - 1ª Classe;
- III - Classe Especial.

Parágrafo único. O quantitativo dos cargos de Defensor Público nas correspondentes classes e seus subsídios serão aqueles estabelecidos segundo o artigo 17 desta Lei Complementar.

Art. 41. O Defensor Público:

- I - de 2ª Classe atua nas Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias;
- II - de 1ª Classe atua nas Comarcas de 3ª Entrância;
- III - de Classe Especial atua junto ao Tribunal de Justiça do Estado e aos Tribunais Regionais e Superiores;
- IV - progride na correspondente carreira mediante mobilidade funcional.

### **Capítulo II**

#### **Da Mobilidade Funcional**

##### **Seção I**

##### **Das Disposições Preliminares**

Art. 42. A mobilidade funcional do Defensor Público efetivo estável na carreira dá-se por:

- I - promoção, a evolução do Defensor Público à classe imediatamente superior da carreira, atendidos os critérios de merecimento e antiguidade;

III - ato do Defensor Público Geral.

§ 1º A mobilidade funcional é vedada quando o Defensor Público:

I - durante o interstício:

a) contar mais de cinco faltas injustificadas;

b) houver sofrido pena administrativa de suspensão ou destituição de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada;

II - estiver:

a) em estágio probatório;

b) cumprindo pena administrativa ou criminal;

III - for declarado impedido por decisão do Conselho Superior da Defensoria Pública.

§ 2º A mobilidade funcional é revogada se o Defensor Público for condenado em processo disciplinar ou criminal iniciado em data anterior à concessão, com sentença passada em julgado.

### **Seção II**

#### **Das Promoções**

Art. 43. A promoção por merecimento:

I - dá-se para a classe imediatamente superior, na referência em que se encontra o Defensor Público;

II - é regulamentada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.

Parágrafo único. É obrigatória a promoção de Defensor Público que figurar em lista de merecimento por três vezes consecutivas ou cinco alternadas.

Art. 44. A antiguidade é apurada na classe e determinada pelo tempo do efetivo exercício nesta, decorrente de investidura por concurso público de provas e títulos, atendidos os seguintes critérios de desempate:

- I - tempo no cargo de Defensor Público em que esteja investido mediante concurso público de provas e títulos;
- II - tempo de serviço público;
- III - avanço na idade.

Parágrafo único. Na apuração da antiguidade, somente pode ser recusado o Defensor Público mais antigo pelo voto de dois terços dos membros do Conselho Superior, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.

Art. 45. É facultada a recusa à promoção sem prejuízo do critério para o preenchimento da vaga recusada.

### **TÍTULO IV**

#### **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, GERAIS E FINAIS**

##### **Capítulo I**

##### **Das Disposições Transitórias**

Art. 49. O enquadramento dos atuais Defensores Públicos, dos inativos e dos pensionistas é automático e opera-se na referência inicial da 1ª Classe.



Art. 50. Ao Chefe do Poder Executivo incumbe nomear interinamente o Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania para a função cumulativa de Defensor Público Geral até a conclusão do processo eletivo de nomeação.

Art. 51. Cabe Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, investido no encargo de Defensor Público Geral, prover, em noventa dias a partir de sua nomeação, os cargos da Classe Especial da Defensoria Pública, na referência inicial, atendidos os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.

Parágrafo único. O provimento de que trata este artigo sujeita-se ao critério de antiguidade, tempo no cargo de Defensor Público em que esteja investido mediante concurso público de provas e títulos.

Art. 52. Processada a promoção de que trata o artigo antecedente incumbe ao:

I - Chefe do Poder Executivo nomear o Corregedor Interino;

II - Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, investido no encargo de Defensor Público Geral:

a) atendido ao disposto no artigo 7º desta Lei Complementar promover a eleição destinada à constituição do Conselho Superior da Defensoria Pública;

b) convocar, em cento e oitenta dias, concurso público de provas e títulos para o provimento de cargos de Defensor Público.

Art. 53. Providos os cargos referidos no artigo antecedente, o Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, investido no encargo de Defensor Público Geral, convoca eleição para os cargos de Defensor Público Geral e Corregedor.

Art. 54. Incumbe ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania adotar as providências necessárias a transferir para a responsabilidade da Defensoria Pública, com os respectivos recursos orçamentário-financeiros, os contratos e convênios que a esta digam respeito.

## Capítulo II

### Das Disposições Gerais e Finais

Art. 55. Aplica-se subsidiariamente às disposições desta lei a Lei Complementar Federal 80, de 12 de janeiro de 1994;

Art. 56. Segundo o disposto no artigo 17 da presente lei complementar serão criados, ao menos, os cargos:

I - Defensor Público Geral, com prerrogativas e subsídio iguais aos de Secretário de Estado;

II - provimento em comissão que integram a estrutura operacional da Defensoria Pública:

a) Chefe de Gabinete do Defensor Público Geral;

b) Coordenador de Assessoria Especial;

c) Corregedor;

d) Chefe de Gabinete do Corregedor;

e) Coordenador de Defensoria Pública;

f) Coordenador de Serviço Social;

g) Coordenador de Administração e Gestão de Pessoas;

h) Coordenador de gestão, Planejamento e Finanças;

i) Coordenador de Informática.

Art. 57. Os prazos de que tratam o artigo 51 e a alínea “b” do inciso II do artigo 52 podem ser prorrogados a critério do Chefe do Poder Executivo para adequação de recursos orçamentário-financeiros.

Art. 58. A Defensoria Pública pode celebrar convênios ou contratos com entidades públicas e privadas, nacionais, internacionais e estrangeiras.

Art. 59. 19 de maio é o Dia do Defensor Público.

Art. 60. É o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir o crédito orçamentário necessário à aplicação desta lei.

Art. 61. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.12.06

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei complementar que dispõe sobre a organização da Defensoria Pública do Estado do Paraná, justifica-se pela necessidade de se regulamentar a Lei Complementar nº 55 de 1991, de autoria do Poder Executivo, visando criar, de direito e de fato, as condições para o completo funcionamento desta importante instituição que cumpre a função social de promover a orientação e a defesa dos necessitados.

Criada em 1991 para atender a determinação da Constituição Federal, artigo 134 combinado com o artigo 22, do Ato das Disposições Transitórias e artigo 127 e 128 da Constituição Estadual, a Defensoria Pública do Estado do Paraná necessita de regulamentação e organização funcional para dar atendimento à imensa demanda social que se estende por todo o Estado.

A Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e Defesa do Consumidor, constatou, em Audiência Pública com a Dra. Silvia Cristina Xavier, realizada em 2005, a precariedade do funcionamento e a dificuldade da instituição para atender a demanda da população carente que necessita de orientação jurídica, de defesa, em todos os graus e mediação em conflito de interesses, por completa falta de estrutura. Com um número reduzido de defensores, todos lotados em Curitiba, a Defensoria não consegue, sequer, atender a Região Metropolitana.

Só para se ter uma idéia, o Sistema Prisional do Estado, com cerca de dezenove mil presos, tem a sua grande maioria em condição irregular, o que ocasiona a superlotação das cadeias públicas, por falta de defensores públicos capazes de promover a revisão penal, notadamente no interior do interior do Estado, onde a população carcerária extremamente pobre não possui poder aquisitivo para a manutenção dos processos e convivem presos de pequenos delitos juntamente com condenados.

Faz-se necessário a regulamentação, organização e estruturação da instituição visando o completo atendimento da população. Por isso, nossa argumentação no sentido da aprovação dessa Lei Complementar.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, o Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Está aberto o prazo de inscrição. Quero me inscrever como candidato a Conselheiro do Tribunal de Contas.

*Data vênia* o respeito que temos pelos concorrentes, mas vamos submeter o nosso nome ao sufrágio dessa Assembléia Legislativa do Paraná.

Contando com o apoio do Deputado Hermas Brandão, não para o cargo de Conselheiro do Tribunal do Estado, mas para um projeto que estamos trazendo a esta Casa hoje que vai conceder uma anistia aos devedores de ICMS do Estado do Paraná.

Em conjunto, esse Deputado que vos fala e o Deputado Hermas Brandão subscrevemos esse projeto que vai dar uma anistia de até 90% do ICMS e das multas devidas por pequenas e médias empresas paranaenses. Quero dizer, que enquanto o Congresso Nacional estará discutindo e votando matérias do interesse de pequenas, médias e micro empresas diminuindo a burocracia para se criar e se fazer as pequenas e médias empresas localizadas e espalhadas pelo Brasil afora a terem chance de nascer e poder existir, o Estado organizado por sua vez sufoca através de multas e através de cobranças que entendemos indevidas as empresas já criadas, já nascidas que estavam funcionando.

Milhares de pequenos e médios empresários no Paraná, a exemplo de São Paulo onde buscamos o suporte técnico para essa lei, milhares de empresários estão impedidos de trabalhar, porque estão inadimplentes com o Tesouro Público, devendo multas aos seus respectivos Estados. E nós estudamos a proposta do Governo de São Paulo que foi levada a efeito lá no Estado de São Paulo a partir de julho e agosto desse ano e mais de dois bilhões

de reais foram arrecadados pelo governo paulista, em função da lei de anistia que foi dada.

Nós estamos fazendo uma lei relativamente idêntica à lei de São Paulo, para podermos aqui no Paraná contemplar pequenos e médios empresários que estão inadimplentes com o Governo Estadual e que não podendo liquidar suas dívidas, vão continuar na clandestinidade, vão continuar com o CNPJ bloqueado e o CPF dos diretores também bloqueado, o que impede a pessoa de trabalhar até como autônomo, de buscar um financiamento bancário, de buscar uma maneira de recomeçar a vida.

É um projeto importante, porque ele vai revitalizar dezenas, centenas de empresas no Paraná que estão mortas...

Uso o horário da Liderança do Bloco Partidário, Sr. Presidente.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PP/PSB***

Então, nós estamos buscando o exemplo de São Paulo e perguntado ao Secretário da Fazenda de São Paulo que o Estado estaria perdendo em torno de cinco bilhões de reais com aquela anistia que foi dada lá, ele respondeu que *o Estado não perdeu cinco bilhões de reais, o Estado ganhou dois bilhões, porque a única maneira de receber era dar a anistia, facilitar a vida do contribuinte, do devedor, para que o devedor, então, podendo pagar aquela conta, pagava aquele débito e se reabilitava na vida comercial e industrial de São Paulo*. E com isso o Estado recebeu dois bilhões e perdeu cinco. Mas, cinco que ele não tinha, que era só uma questão contábil, que é o mesmo caso aqui do Paraná, onde certamente milhares de pequenos devedores jamais vão pagar suas contas e seus débitos com o fisco estadual.

Com este projeto que estamos encaminhando hoje a esta Casa, subscrito pelo Presidente Hermas Brandão e por mim, nós temos certeza de que a Assembléia vai aprovar e que esta lei vai alertar, inclusive o Executivo e os técnicos da Secretaria da Fazenda e da Secretaria do Planejamento, de que vale à pena conceder esta anistia para resolver um problema para uma grande parte de empresários que estão mortos, pequenos e médios empresários, e vai resolver um problema para o Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; durante dois anos que estivemos na Assembléia como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, nós percorremos dezenas de cadeias públicas e presídios, neste Estado. Vimos com nossos próprios olhos, constatamos com nossa presença física as cadeias superlotadas, um sistema prisional injusto, cadeias como o caso da cadeia pública de Paranaguá, com capacidade para 25 pessoas, encontramos lá uma superlotação, uma cadeia com capacidade para 25, tinha 215 presos! A temperatura média na cadeia pública de Paranaguá era de 45°.

Então, isto é uma verdadeira sala de tortura coletiva. Centenas de presos que por lá passaram, não se recuperaram. Pioraram seu estado psíquico, físico, seu estado de modo geral foi piorado. Nós tivemos alguns que morreram com tuberculose, tivemos outros que morreram asfixiados na cadeia pública de Paranaguá, que foi construída pelo Governo Moisés Lupion.

Então, faz muito tempo que esta cadeia já é velha, é antiquada, é anti-higiênica, é anti-humana, é uma masmorra, e no entanto ainda continua funcionando como o centro de reclusão do litoral paranaense.

É um mau exemplo que o Estado do Paraná dá, é um mau exemplo que o Governo Roberto Requião de Mello e Silva dá, porque tinha sido já compromisso de construção de uma cadeia nova lá no mandato do Governador Roberto Requião de 1990. Ele já foi Governador de 90, 94, foi Governador agora nos últimos quatro anos, e vai reassumir o Governo novamente, e nenhum tijolo foi construído para minorar o sofrimento daquele povo que vive no litoral paranaense, e principalmente de quem depende de segurança, porque a cadeia pública de Paranaguá, lamentavelmente, é um dos casos mais sérios que nós temos no Paraná.

Nós visitamos cadeias, presídios, educandários de menores, e constatamos que uma grande parte dos presos que estão encarcerados no Estado do Paraná estão encarcerados de maneira indevida. Presos que cumpriram pena, que já têm direito à liberdade condicional e continuam presos. E o Paraná, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é um, acredito, o único Estado no Brasil que ainda não tem Defensoria Pública realmente constituída por lei. Aqui no Paraná a Defensoria Pública existe em função de uma colocação constitucional que terá a Defensoria Pública, e lei complementar será criada. Essa normativa constitucional, que vem de 1990, até hoje não foi regulamentada e não foi feita uma lei que pudesse dar suporte à Defensoria Pública para que os Defensores Públicos pudessem atender os presídios, as cadeias, pudessem atender as famílias carentes desse Estado que precisam de Defensores Públicos, que pudessem atender, enfim, a toda a gama de pessoas que buscam na Justiça a solução para os seus problemas, e para minorar a sua dor e o seu sofrimento. E nós, no Paraná, não temos uma lei específica de Defensoria Pública.

E é neste sentido, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que estamos hoje encaminhando também um projeto de lei que cria a organização da Defensoria Pública no Estado do Paraná e adota outras providências necessárias ao seu funcionamento. É na verdade um pequeno estatuto criando a Defensoria Pública que vai poder garantir ao cidadão o direito de ter um Defensor Público, que no Brasil, acredito que em 99% dos Estados brasileiros já têm; e no entanto, o Paraná que é tido como um Estado avançado, um Estado forte economicamente, socialmente, passou a ser o mais retrógrado de todos porque não fez aqui a lei que seria essencial para poder proteger o cidadão e a família paranaense.

Então, Sr. Presidente, hoje estamos encaminhando à Mesa um projeto que vai assinado pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos e pelo Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná. Essa é a nossa contribuição para poder discutir. Se não for aprovado neste período legislativo, ficará um projeto que poderá ser o embrião para que tenhamos o nascimento de uma lei e de uma defensoria pública voltada aos interesses da população paranaense.

Para encerrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos apresentando um outro projeto também. Eu fui autor da lei que proíbe o cigarro em recinto fechado, em escolas, hospitais e creches. Apresentei um projeto em 1975, no primeiro mandato como Deputado Estadual; depois em 1979 e, em 1987, no outro mandato de Deputado, fizemos um projeto que foi sancionado pelo Governador Álvaro Dias, e que é lei estadual - a Lei 8852 - que serviu de exemplo para o Brasil. Hoje, nós temos nas carteiras de cigarro as advertências de que o cigarro faz mal em função dessa lei que apresentamos aqui.

Estou, hoje, apresentando um projeto que proíbe bebida alcoólica em ônibus, em transportes coletivos urbanos, intermunicipais e similares. Estava em um ônibus, na semana passada, da universidade até o Cabral, e constatei que dentro do ônibus tinha um grupo de dez jovens bebendo numa garrafa de plástico, provocando todo mundo, provocando o motorista, criando uma série de transtornos dentro daquele ônibus. Não é possível que não tenhamos uma lei que proíba essas condutas anárquicas e anti-sociais.

Estamos fazendo essa lei que vai colocar na mão do motorista, do cobrador ou de qualquer cidadão, que estiver dentro do ônibus, a autoridade suficiente para prender o infrator e pôr para fora do ônibus ou por para fora primeiro e prender, na reincidência, se o infrator não parar com o uso e consumo de bebida alcoólica nessas condições.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a exemplo daquele projeto nosso do cigarro e do fumo, em outros mandatos, nós queremos ver essa lei de combate ao alcoolismo ser aplicada, aqui no Paraná, porque é impossível que tenhamos uma sociedade em que o jovem de 12, 13, 14 anos já esteja se embriagando da maneira como nós estamos vendo pelo Paraná afora.

Nos postos de gasolina, onde tem uma lei que proíbe a venda de bebida alcoólica nos pátios e nos postos de gasolina, passando em uma cidade do norte pioneiro, outro dia, eu vi mais de cem carros, com som ligado, reunidos no pátio de um posto de gasolina, num domingo, com mais de duzentos jovens bebendo, se embriagando. Depois, esses jovens saíram de lá, bateram o carro e os jornais noticiaram a morte de dois ou três daqueles que lá estavam. É impossível que a sociedade não possa discutir, realmente, problemas que estão a agredir o bom senso e a vida do povo paranaense, que precisa e que deve ser respeitado.

São essas as nossas contribuições, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Gostaria de registrar a presença dos Vereadores do município de Pranchita: do Vereador nosso - do PT - Francisco Quevedo; do Vereador Waldelar Radaer, do PMDB e do Eloir Langue, do PTB. Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As nossas boas-vindas aos ilustres visitantes.

Não há mais oradores inscritos no Pequeno nem no Grande Expedientes.

Consulto o Bloco PP/PL/PRB se fará uso do seu tempo.

**(Declina)**

Consulto às Lideranças do PPS; PDT; PFL; PT; PSDB; PMDB.

Liderança da Oposição.

Liderança do Governo.

**(Todos Declinam)**

## *Ordem do Dia:*

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## *Leitura do Expediente*

Sobre a mesa, Ofício nº 234/06, subscrito pelo Sr. Vice-Governador do Estado, Orlando Pessuti, constante do expediente, apresentando sua renúncia à indicação para o Cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, motivo pelo qual foi eleito para o cargo de Vice-Governador do Estado do Paraná nas eleições ocorridas no pleito de outubro de 2006. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ato de autoria da Comissão Executiva nº 1071/06, constante do expediente, comunicando que será aberto o prazo de (05) cinco dias para as inscrições de candidatos para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, considerando o disposto no inciso XVII do artigo 54, no inciso II do parágrafo 2º do artigo 77, da Constituição Estadual, no artigo 53 das Disposições Constitucionais Transitórias da mesma Constituição, e no Capítulo VI do Título V, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Comissão Executiva, constante do expediente, atendendo o disposto no Ato da

Comissão Executiva nº 170/06, designando os Srs. Deputados Artagão Júnior e José Maria Ferreira para representarem esta Casa na Reunião do Bloco Brasileiro da UPM - União de Parlamentares do Mercosul, nos dias 12, 13 e 14 do corrente mês na cidade de Brasília. **Aprovado.**

Projeto de lei complementar de autoria dos Srs. Deputados José Domingos Scarpellini e Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados José Domingos Scarpellini e Hermas Brandão, com apoioamento do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2728, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 07 de dezembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## *Discussão/Votação*

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### *3ª Discussão*

#### **ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 774/05, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que fica proibida a pesca com uso de arpões nas águas de domínio do território paranaense. PARECERES DA CCJ E CAICTM. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CAICTM. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada.** Projeto. **Aprovado.**

**ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a proibição do uso de telefones celulares e outras espécies de comunicações por ondas no interior dos estabelecimentos prisionais do Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada. Projeto. Aprovado.**

**2ª Discussão****ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/06, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Programa de Fomento à Indústria Audiovisual no Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Tramita na Casa um projeto da Deputada Cida Borghetti de nº 255 com o mesmo teor deste que acabamos de aprovar do item 02 do Deputado Rafael Greca.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Estamos providenciando a anexação dos dois projetos.

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 222/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Luiz Carlos de Lima. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 264/06, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que proíbe a venda de rifas por alunos das escolas estaduais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT.

Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento).

Sr. Presidente, o projeto de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins é um projeto que entendo como boa intenção do Deputado, até por um fato que ocorreu de uma criança que foi vender rifa e acabou falecendo. Foi uma fatalidade e preocupado com isso, fui até onde está a minha base eleitoral, aos diretores das escolas, aos alunos, aos professores e fiz uma consulta. Remeti o projeto do Deputado Luiz Carlos Martins A todas as escolas do núcleo de educação, de Ponta Grossa e também de Telê-

maco Borba que é a nossa base eleitoral. E lá, solicitamos a todas aquelas escolas que nos mandassem um parecer sobre o projeto.

Queria chamar a atenção dos companheiros, aqui, porque é um projeto que tem o lado bom, onde as escolas arrecadam através de rifas e bingos alguns recursos, para ajudá-las. Se aprovado esse projeto, Luiz Carlos Martins, estará proibida a venda nas escolas. Isso vai proibir essa comercialização, que ajuda as escolas.

Alguém poderia dizer que isso é uma obrigação do Estado. É claro que é uma obrigação do Estado. A obrigação do Estado é em tudo, mas ele não consegue fazer tudo. Essas rifas têm ajudado as escolas nas formaturas. Se proibirmos a venda dessas rifas, vamos ter o fim daquilo que é histórico. Eu, quando era pequeno, vendia rifa da Sinhazinha, da Festa Junina. Todas as escolas fazem isso.

Quero prestar contas aqui das consultas que fiz - posso passar, depois, Deputado Luiz Carlos Martins, a V. Exa. Todas as escolas responderam, que são contrárias, que não são favoráveis ao projeto que proíbe a venda de rifa, por parte dos alunos nas escolas do Estado do Paraná. Todas as escolas que nos escreveram, nos núcleos de Ponta Grossa e de Telêmaco Borba, escolas públicas das duas regiões, dizendo que era para não aprovar esse projeto, porque iria prejudicar em alguns momentos as escolas.

Eu consultaria ao Deputado Luiz Carlos Martins, se não daria para retirar esse projeto, para discuti-lo melhor e ouvirmos mais pessoas. Acho que V. Exa. fez com boa intenção, baseado nas fatalidades. Nada mais justo do que este Parlamento ouvir as escolas. Estamos proibindo a venda de rifas que são históricas e tradicionais. Quando ouvi as escolas fiquei preocupado, porque todas elas são contrárias ao seu projeto. Eu queria pedir a V. Exa., para que possamos dar uma analisada, para não cometermos um ato injusto na proibição.

V. Exa. citou no rádio crianças que morreram, porque saíram vender rifas. Mas para morrermos basta sairmos aqui fora ou até mesmo, aqui no plenário da Assembléia. podemos morrer em qualquer lugar, em qualquer instante, quando tiver que acontecer. Isso é uma questão de fatalidade.

Eu pediria a V. Exa., dentro dessa compreensão, um melhor estudo, retirando o projeto, porque senão, Deputado Luiz Carlos Martins, com todo o respeito, eu serei obrigado a votar contra, seguindo a base eleitoral que defendo.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Para Encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu ouvia a explanação do Deputado Jocelito Canto, com relação ao projeto de lei do Deputado Luiz Carlos Martins. Vejo que a educação tem procurado evoluir no Paraná e no Brasil e

tem sido meta dos Governos. Vimos que o atual Governador elevou o percentual de gastos com a educação nos cursos básicos em 5% para o próximo ano. Vejo que é uma discussão permanente da sociedade, é um alerta geral de todos os povos de que a educação é a salvação e é a maneira de se incluir na sociedade as pessoas que são excluídas pela falta de cultura e de conhecimento.

A Deputada Luciana Rafagnin tem um projeto que foi votado, discutido e debatido pelo Paraná, diminuindo a quantidade de alunos por salas de aula. Tudo isso serve se aprovado ou não, se colocado em prática no próximo ano letivo ou não, mas serve para discutir e para melhorar a qualidade de vida da nossa população. Fui Prefeito em Apucarana de 1989 à 1993 e achei por bem que lá na merenda escolar de Apucarana não poderia ter certos tipos de alimentos que entendo não serem saudáveis à nossa juventude, ao nosso infante, às nossas crianças e que não são saudáveis, na verdade, ao ser humano. Vi que grande parte das crianças não tinha onde praticar o seu recreio e quando saí da Prefeitura Municipal de Apucarana, deixei a cidade com quinze ginásios de desportos construídos nas principais escolas da cidade. Esses ginásios de desportos serviam para pátio de merenda escolar, para a prática de educação física, de vôlei, de basquete e com isso procuramos integrar o aluno, fazer com que ele gostasse mais da escola e que ele pudesse viver melhor naquele meio onde ele está vivendo aquelas horas de aprendizado. Proibi, por um Decreto Municipal, exatamente isso o que o Deputado Luiz Carlos Martins está hoje tentando através desse projeto. A proibição de uma coisa que já está proibida pelas leis deste Brasil: criança não pode vender e comercializar nada pelo Estatuto do Menor e do Adolescente e pelo próprio Código Civil ela está impedida de atuar em coisas que envolvam dinheiro, que envolvam essa prática de comércio.

Ora, falar que a rifa vai ajudar na formatura! Se começarmos a entender dessa maneira, vamos daqui a pouco também dizer que a prostituição infantil poderia contribuir e muito já para a consolidação dos casais que vão se casar lá na frente. A prática e o início de coisas ilícitas começa dessa maneira. Primeiro, que está proibido o bingo e tem lei que proíbe rifa. Não é uma lei que foi feita pelo José Domingos Scarpellini ou pelo Luiz Carlos Martins ou o Decreto que editei em Apucarana! O Decreto e a Lei servem como um parâmetro para que a sociedade possa discutir, que ela possa nortear as ações políticas, administrativas e as ações do cotidiano de cada cidadão. Não vejo que a venda de uma rifa seja alguma coisa benéfica para a criança, que começa a se expor e vai ter que sair de um lugar para outro para tentar arrumar aquilo que o Estado tem a obrigação e o dever de lhe dar. A formatura, se não puder ter a excursão, que não tenha a excursão, mas que tenha a formatura com dignidade. Tanta gente não pode comer um peru no Natal e nem por isso o seu Natal passa a ser indigno. Quantos não se formaram e quantos se formaram com a festa de formatura,

e nem por isso os seus diplomas foram piores ou melhores do que do outro?

Eu acho, dentro do meu modesto entendimento, que pernicioso é manter as crianças nesse sistema de troca, de descambo, que vão de porta em porta vender uma rifa para um tio, para um parente, para um amigo. E quanto não é a venda de uma rifa, é uma colaboração entre amigos. A arrecadação de qualquer produto feito pela criança é um ato ilícito. E se nós não tivermos uma regulamentação e um alerta sobre isso, nós vamos estar concordando com esses atos ilícitos praticados pelos nossos menores de idade, com o consentimento e o mando, muitas vezes, do professor e do diretor da escola.

Portanto, Sr. Presidente, era essa a nossa posição: votar a favor do projeto para que o projeto sirva de um alerta para a sociedade, para o Estado e para o povo, de que isso não é correto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo ao Deputado Luiz Carlos Martins para que ele retirasse o Projeto por duas ou três Sessões. Eu, sinceramente, se for votado hoje, eu votarei contra, eu acho injusto. Eu acho que as movimentações em escolas é uma coisa de muito tempo. Então eu acho que nós temos que discutir melhor isso, e daqui a pouco o Governo veta o projeto.

Então poderíamos, se o nobre Deputado retirasse por duas Sessões, discutir melhor isso. Eu acho que é o melhor caminho. Eu, se entrar hoje, voto contra.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto o Deputado Luiz Carlos Martins se concorda em retirar por duas Sessões. Voltaria na pauta de terça-feira.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, para a próxima terça-feira, aceito sua sugestão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Voltará, então. Solicito a V. Exa. que encaminhe o requerimento retirando por duas Sessões.

Está em votação o Requerimento nº 2743, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia de hoje do Projeto de Lei nº 264/06, de sua autoria, com seu retorno na Ordem do Dia de 11.12.06. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu só queria cumprimentar o Deputado Luiz Carlos Martins, porque eu acho que nós pode-

mos emendar o seu projeto colocando “crianças menores”, proibir as crianças.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Concordo com V. Exa. e também com o Deputado José Maria Ferreira, pela sugestão, porque na verdade ele é abrangente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Bom, então, nós poderíamos fazer o seguinte: retirariamos da Sessão agora. Poderia voltar na Sessão seguinte para serem apresentadas as Emendas. Dá tempo de apresentar as Emendas, ou senão na segunda-feira.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Segunda-feira, eu acho que é melhor, Presidente, para termos tempo.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Eu mesmo apresento a Emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Segunda-feira, então.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Inclusive, com o apoio dos colegas Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Porque aí, só quero esclarecer aos Srs. Parlamentares que teria que ser na segunda-feira porque tem que retornar à Comissão de Constituição e Justiça. Então, na terça-feira a Comissão de Constituição e Justiça analisaria as Emendas e nós retornaríamos para votar ainda este ano. Volta na segunda-feira.

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 416/06, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada que liga o município de Cantagalo ao entroncamento do município de Goioxim. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 498/06, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Obesos da Cidade de Ponta Grossa e Campos Gerais, com sede e foro no município de Ponta Grossa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 505/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Católica Emanuel, com sede e foro na comarca de Paranavaí. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 515/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, que institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual a Associação Brasileira dos Guias de Turismo - ABGTUR - segundo os critérios que determina, e dá outras providências, sendo sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 518/06, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública o Instituto Coletivo das Águas, com sede e foro no município de Fazenda Rio Grande. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultura Franciscana, com sede no município de Ponta Grossa e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### 1ª Discussão

#### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 706/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Dia na Cidade sem meu Carro, a ser comemorado no dia 22 de setembro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/05, de 22/11/05, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 706/05

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná o Dia na Cidade sem meu Carro.

É legítima tal proposição, pois a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 25, parágrafo 1º, a competência para legislar sobre o assunto, confirmado pelo disposto no artigo 66 da Constituição Estadual.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

#### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 512/06, de autoria do Deputado Artagão Júnior, declarando de Utilidade

Pública a Associação Mensageiros da Paz, com sede e foro no município de Irati. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 119/06, de 22/11/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 512/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Artagão Júnior, declara de Utilidade Pública a entidade filantrópica denominada Associação Mensageiros da Paz, com sede e foro no município de Irati, Estado do Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, porém ao analisarmos a Lei Complementar nº 95/98 que dispõe sobre a redação e elaboração de leis verificamos que o referido projeto está em descompasso como artigo 9º que prevê:

*Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.*

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 512/06

Conforme o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o artigo 2º do Projeto de Lei nº 512/06, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.”

Assim somos de parecer favorável, na forma da Emenda.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de nós colocarmos os requerimentos para discussão e votação, o Deputado Marcos Isfer fará a leitura do Ato da Comissão Executiva nº 1071/06.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

(Lê):

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1.071/06

*A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no inciso XVII do artigo 54, no inciso II do parágrafo 2º do artigo 77, da Constituição Estadual, no artigo 53 das Disposições Constitucionais Transitórias da mesma constituição, e no Capítulo VI do Título V, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,*

R E S O L V E :

*Art. 1º Constatada a vacância no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, cuja escolha é de competência da Assembléia Legislativa, será aberto o prazo de 05 (cinco) dias, para as inscrições de candidatos.*

*Parágrafo único. As inscrições serão feitas no Protocolo Geral da Assembléia Legislativa e dirigidas ao Presidente do Poder Legislativo.*

*Art. 2º Encerrado o prazo de inscrições, os pedidos serão enviados à Comissão Especial, constituída por cinco membros, assegurada a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares com assento na Assembléia Legislativa.*

*Art. 3º A Comissão Especial opinará através de Parecer sobre os inscritos no prazo de 02 (dois) dias, enviando a relação dos aprovados para deliberação do Plenário.*

*Parágrafo único. A Comissão Especial poderá ouvir os inscritos, em Sessões reservadas.*

*Art. 4º Recebido o parecer, a Mesa convocará, dentro de 05 (cinco) dias, Sessão Especial para deliberar sobre os nomes aprovados pela Comissão Especial.*

*§ 1º Na Sessão Especial cada Deputado só poderá fazer uso da palavra uma vez, pelo prazo de 15 (quinze) minutos.*

*§ 2º Os oradores deverão se inscrever antes do início da discussão.*

*§ 3º Os apartes, quando permitidos pelo orador, não poderão exceder a 3 (três) minutos.*

*Art. 5º A Assembléia Legislativa deliberará sobre a escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas, por votação nominal, em discussão única.*

*§ 1º Será considerado escolhido o candidato que obtiver a metade mais um dos votos dos Deputados presentes.*

*§ 2º Se nenhum dos candidatos alcançar maioria na primeira votação, far-se-á, em seguida, nova votação,*



*concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se escolhido aquele que obtiver a maioria dos votos dos Deputados presentes.*

*§ 3º Na hipótese de empate no resultado da votação descrita no parágrafo anterior, vencerá o candidato mais idoso.*

*Art. 6º A Assembléia Legislativa comunicará ao Governador, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o resultado da deliberação.*

*Sala das Sessões, em 06.12.06.*

*(aa) HERMAS BRANDÃO*

*Presidente*

*NEREU MOURA*

*1º Secretário*

*GERALDO CARTÁRIO*

*2º Secretário*

## **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a Mesa, Requerimento nº 2712, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2713, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2716 a 2721, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2722 e 2723, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente.

**Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2726 e 2727, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente.

**Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2730 a 2734, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente.

**Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2739, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 781/05 e 516/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 428, 447, 500, 506, 517, 522, 529 e 535/06.

Levanta-se a Sessão.

